



Estado do Piauí

PREFEITURA MUNICIPAL

JOSÉ DE FREITAS

TERMO ADJUDICAÇÃO

Ref. Procedimento: Pregão Eletrônico nº 025.1/2022

Vinculado: Processo Administrativo nº 0173.1/2022 – PMJF/PI

A Pregoeira UL/SAF – PMJF/PI, Sra. Clarice Cristina da Costa Ramos, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (LF nº 10.520/02 c/c DF nº 10.024/2019), depois de conclusão do procedimento vinculado ao Processo Administrativo destacado no preâmbulo, o qual foi regularmente realizado em acordo com a Lei e o Direito, resolve Adjudicar.

LOTE ÚNICO — SRP – OBJETO - Executar serviços temporários e outros relativos as demandas de interesse da Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI, destinados a realização de procedimento seletivo e/ou concursos em geral, seleção de agentes para execução de programas e/ou projetos, quando necessário, por demanda aprovada e autorizada dentro da vigência dos eventuais contratos a serem firmados com base na ARP GERAL.

EMPRESA BENEFICIÁRIA: INSTITUTO LEGATUS LTDA EPP – CNPJ nº: 19.573.076/0001-34

ITEM	Produto/Serviço	VLL/Desconto
01	Executar serviços temporários e outros relativos as demandas de interesse da Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI, destinados a realização de procedimento seletivo e/ou concursos em geral, seleção de agentes para execução de programas e/ou projetos, quando necessário, por demanda aprovada e autorizada dentro da vigência dos eventuais contratos a serem firmados com base na ARP GERAL.	6% (seis por cento)

Observações Gerais: 1. Informa-se que a negociação deu-se por maior desconto, cujo valor percentual deverá ser lançado na ARP GERAL de acordo com as regras estabelecidas no Edital, TR e demais anexos, realizado em todas as suas fases sem qualquer tipo de contestação que pudesse afetar os encaminhamentos subsequentes de ordem processual;
2. O procedimento foi concluído de acordo com a regras e normas estabelecidas na legislação e edital. Por competência, remete-se o resultado à autoridade superior através deste ato adjudicatório que vai acompanhado do processo devidamente instruído, como partes integrante, submetido que fica ao ato de controle final (homologar, anular ou revogar), a fim de que possa produzir efeitos legais, após publicação, caso homologado.

UL/SAF – PMJF/PI, em 08 de fevereiro de 2023.

CLARICE CRISTINA DA COSTA RAMOS
PREGOEIRA – UL/SAF – PMJF/PI